

# Práticas de Cuidado, Buen Vivir e Políticas Públicas: Instigações para Ampliar sua Compreensão

*Care Pratices, Buen Vivir and Public Polices –  
Instigations to Broaden their Understanding*

**Ângela de Alencar Araripe Pinheiro<sup>1</sup>,  
Verônica Salgueiro do Nascimento<sup>2</sup>**

**1.** Doutora em Sociologia (UFC). Professora da UFC, integrante do Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisas sobre a Criança (NUCEPEC/UFC). **a3pinheiro@gmail.com**

**2.** Doutora em Educação (UFC). Professora do Curso de Gestão de Políticas Públicas e do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da UFC. **vesalgueiro@gmail.com**

**Resumo:** Este artigo se propõe a concretizar uma abordagem primeira sobre as categorias Cuidado e *Buen Vivir*, a partir de referências bibliográficas basilares. Inclui observações cotidianas dos termos cuidar e cuidado, e as inúmeras significações que lhes são atribuídas no cotidiano. Práticas de cuidado e o *Buen Vivir* têm suas conceituações aprofundadas. Em seguida, é feita uma articulação entre essas categorias e a de Políticas Públicas, considerando ser essa última a concretização de práticas de cuidado ou descuido, bem como voltar-se ou não para o alcance *Buen Vivir*. Trata-se de estudo bibliográfico, em diálogo com reflexões das autoras. O texto anuncia, ainda, possibilidades de continuidade de estudos e incidências, tomando como eixos as três categorias básicas desta abordagem primeira ora elaborada.

**Palavras-Chave:** Cuidado. Descuido. Buen Vivir. Políticas Públicas

**Abstract:** This article proposes to carry out one first approach on Care and *Buen Vivir* categories, based on basic bibliographical references. It includes daily observations of the Portuguese terms *cuidar* and *cuidado*, and the innumerable meanings attributed to them in everyday life. Then, a link is made between those categories and Public Policies, considering that this one is the concretization of practices of care or carelessness, as well as turning or not to the reach of *Buen Vivir*. This is a bibliographical study, in dialogue with the authors' reflections. The text also announces possibilities for continuity of studies and incidence, taking as axes the three basic categories of this first approach.

**Keywords:** Care. Careless. *Buen Vivir*. Public policy.

## Introdução

Tem-nos chamado a atenção a frequente utilização do termo cuidado, nas conversas cotidianas e pessoais, em matérias midiáticas, em estudos acadêmicos.

Falamos de cuidado com o corpo e um ideal de beleza – seja em uma academia de ginástica, em recintos voltados para a estética corporal, em clínicas fisioterápicas, salões de beleza; usamos amiúde a expressão “te cuida” – a recomendar que sejamos mais zelosos conosco; ouvimos muitas e muitas vezes que precisamos cuidar da natureza (QUIJANO, 2014, p.854), do Planeta Terra (BOFF, 2000), do meio ambiente, dos locais de trabalho, de moradia – áreas coletivas como condomínios, ou privadas, como casas, apartamentos e mesmo de um quarto específico.

O termo Cuidado pode assumir um tom ameaçador, quando afirmamos, por exemplo: “Cuidado comigo, viu?”. Ou uma recomendação, de matiz protetiva e de alerta: “Cuidado!”, “Todo cuidado aqui é pouco”, em contextos que ofereçam perigo de qualquer espécie.

Determinado plano de saúde, em Fortaleza, se utiliza do *slogan*: “Cuidar de você, esse é o Plano”. Estabelecimento da rede de ensino particular, nesta cidade, veicula peça publicitária, em emissoras de rádio, que inclui a afirmação: *Quem ama cuida*. Reportagem sobre prevenção do suicídio traz como manchete principal *Corrente de Cuidado* (CAVALCANTE, 2017), ao referir-se à necessidade de acompanhamento de familiares e amigos de quem manifesta ideia para

o suicídio, dado o desgaste físico e mental dos mesmos. O jornalista Lúcio Braga (o povo, 10.09.2017), em matéria sobre o elevado número de crianças e adolescentes (118 mil) que estão fora da escola no Ceará, a partir de dados do PNAD, alerta para *Cuidados para o desenvolvimento*, da infância à terceira idade. Braga aborda a ideia de que *ter qualidade de vida requer cuidados e atenção aos detalhes desde a primeira infância até a velhice* (p. 3). É usual, em passatempos como *Palavras Cruzadas*, depararmos-nos com a expressão cuidado como sinônimo de zelo e dedicação; esmero como cuidado extremo; e tomar conta com dedicação como zelar (Revistas do Grupo Coquetel).

Apontamos a necessidade de prudência, de termos “cuidado”, ao interpretarmos, por exemplo, o conteúdo de afirmações em um diálogo, de textos escritos e/ou audiovisuais, que abordam temas polêmicos e polissêmicos.

Uma pessoa relaxada com sua aparência, com sua vestimenta, é, no mais das vezes, vista como descuidada por seus circunstantes.

Deparamo-nos com documentos e normativas, nacionais e internacionais, que apontam para a necessidade do cuidado – como a Carta da Terra; no Título VIII (DA ORDEM SOCIAL), o Capítulo VII – Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que define os responsáveis pelo cuidado e a proteção de crianças, adolescentes, jovens, idosos, doentes, filhos menores de idade e pais em situação de vulnerabilidade. A mesma Carta Magna reconhece a assistência social como direito de todos aqueles que dela se vejam a necessitar, o que inclui o trato público de pessoas, segmentos populacionais e/ou territoriais que se encontram em situação de risco ou vulnerabilidade (SEÇÃO IV, DO CAPÍTULO II, TAMBÉM DO TÍTULO VIII).

Ouvimos alusões a profissões de cuidado físico e psicológico – como Enfermagem (auxiliares, técnicos, profissionais de nível superior), Psicologia, de Educação Infantil (que inclui, em suas normativas, práticas pedagógicas e de cuidado); aos que concretizam Cuidados Paliativos, que tensionam antigos significados atribuídos ao termo, ampliando campos de saberes, articulando profissionais de diversificadas formações, promovendo cursos de Especialização e se organizando em âmbito nacional (Associação Brasileira de Cuidados Paliativos).

Deparamo-nos com publicações, no âmbito de diversificadas ciências, que abordam o tema. Paradigmáticos, nesse sentido, são livros de Leonardo Boff (1999; 2000; 2012), que abordam conceitos e práticas, apontam exemplos de pessoas que se dedicaram ao cuidado, em diferentes inserções na vida social. Ademais, a título ilustrativo, citamos o livro de Alice Miller (1997), “O Drama da Criança Bem Dotada”; e capítulo intitulado *Amar e Cuidar*, em “Amor Líquido”, de Zygmunt Bauman (2004). Reportamo-nos, também, a normativas da Assistência Social e da Saúde que tomam o construto cuidado como “tratamento”. Assim o verificamos em recente publicação – “Violência Sexual – Monitoramento da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente na Cidade de Fortaleza” (FÓRUM DCA CEARÁ & RENAS, 2017, p. 23), que associam a necessidade de ações de cuidado e proteção aos protocolos de atendimento a esses sujeitos sociais, de forma a evitar a sua revitimização e de promover a responsabilização dos agressores.

Letras de música fazem circular, em outros espaços sociais, o tema: *Quando a gente ama/é claro que a gente cuida* (“Sozinho” – Caetano Veloso), aproximando cuidado e amor. Em “O Meu Guri”, Chico Buarque quebra com a ideia dominante de que o cuidado é unidirecional e como relação verticalizada. Em versos atribuídos à Mãe do “Guri”, Chico poetiza: *Eu consolo ele/Ele me consola/Boto ele no colo/Pra ele me ninar*. Nando Reis, em “Muito Estranho”, recomenda a alguém que ama: *cuida bem de mim*, ante a possibilidade da “estranheza”, da “loucura”. Em “Nossa Senhora”, canção de cunho religioso, Roberto Carlos apela: *Nossa Senhora, me dê a mão/Cuida do meu coração/Da minha vida, do meu destino/Do meu caminho/Cuida de mim*.

São tantas as utilizações do termo e as práticas denominadas de cuidado, que chega a ser estonteante tamanha polissemia. Estonteia e instiga a debruçar-nos sobre o tema, refletir, conhecer, aprofundar.

Para os propósitos que anunciaremos em seguida, nossa investigação se aterá aos significados de cuidado que se aproximam das ideias de zelo, desvelo, delicadeza, dedicação, diligência, esmero, terapêutica, proteção com o coletivo e cuidado mútuo.

Na busca de clarear essa significação e aprofundar a sua compreensão, entramos em contato com outra categoria, com a qual não tínhamos

familiaridade, e que vem se demonstrando igualmente estonteante e instigante – o *bien vivir* ou *buen vivir*. Sua utilização entre nós, no universo acadêmico e político brasileiro, é, entre as abordagens de políticas públicas, rarefeita, em profundo contraste com o significado que pode assumir, que o aproxima tanto com práticas de cuidado voltadas para o coletivo, quanto com a busca de *vida buena para todos*, por exemplo.

Necessário será, por certo, estabelecermos, em momento posterior deste texto, a distinção entre os construtos *bien vivir* e *viver bem*, que vêm igualmente circulando em meios acadêmicos, políticos e sociais. Programas de televisão (p. ex.: Globo Repórter, 03.12.2010), abordam o que denominam de *Cidades do Bem Viver*. Além disso, fazem-se presentes, na atualidade, ideias e práticas relacionadas à F.I.B. (Felicidade Interna Bruta), parâmetro adotado em contraposição ao P.I.B. (Produto Interno Bruto), que formaliza outras categorias para avaliar as ações voltadas para o bem viver coletivo, e que já foi adotado pelo país asiático Butão.

## **Estabelecendo recortes para concretizar a investigação**

Instigações e estonteios sobre práticas de cuidado e *buen vivir* fizeram-nos constituir em grupo. Queremos nos voltar a investigações sobre as temáticas e em suas articulações. Há convergências de interesses e de pontos de partida entre nós. O texto que estamos desenvolvendo expressa alguns destes pontos.

Assim, à medida que refletíamos sobre o que nos impulsionava a mais instigações, veio-nos à consciência que era imprescindível estabelecer recortes, para conseguirmos dar conta das dimensões da temática do cuidado e do bem viver. Como desempenhar esta tarefa?

Necessário deixar claro um ponto de partida. Entendemos que cabe ao Poder Público, a partir de suas políticas e práticas institucionais, concretizar cuidados voltados para distintos segmentos populacionais, bem como para espaços sociais, que incluem o meio ambiente, como caminho para o alcance (ou não) do *bien vivir* das populações. A fragilidade, inadequação e/ou ausência de tais políticas e práticas constituem, em nossa compreensão, descuidos por parte do Poder Público.

Desta forma, uma pergunta-chave está nos guiando para desencadear o processo investigativo: onde queremos chegar? Um objetivo se insurgiu: construir subsídios, a partir das categorias práticas de cuidado e *buen vivir*, que nos permitam refletir sobre políticas, programas, projetos e atividades concretizadas (ou não) pelo Poder Público, através de suas instituições.

No entanto, como marco inicial de nossa pesquisa, apresentamos o presente artigo que foi construído a partir de um recorte que visa aprofundar a base conceitual em resposta a essa pergunta inicial. O objetivo deste texto foi realizar uma abordagem primeira sobre as categorias Cuidado e *Buen Vivir*, a partir de referências bibliográficas basilares. Para tanto, elegemos interlocutores teóricos que ofereceram suporte à nossa trajetória investigativa. A princípio, estamos dialogando, particularmente, com Leonardo Boff; Vicente Faleiros; Fred González; Aníbal Quijano; Marcos Sorrentino, dentre outros.

O artigo assume características de um estudo bibliográfico, em diálogo com reflexões das autoras. O período de levantamento, leitura e análise das produções teóricas compreendeu o intervalo de tempo entre os meses de abril a outubro de 2017.

Como continuidade de nosso texto, desenvolvemos a seguir uma síntese que apresenta reflexões iniciais para as categorias centrais de nossas investigações, a saber: práticas de cuidado; bem viver e políticas públicas.

## **Anunciando diálogos iniciados, apontando continuidades.**

### **a) Práticas de Cuidado**

Esta parte do texto nos convida a refletir sobre algo que entendemos ser fundamental e urgente para um redirecionamento de nossas ações para fortalecer um caminho comum, necessário para todos. O ponto de partida da reflexão foi a existência/ausência das práticas de cuidado e seu papel imprescindível para a existência humana em sua atualidade.

Diante da atual polissemia da palavra Cuidado, retratada no início do nosso texto, propomos uma desconstrução do termo e uma reflexão sobre suas multifacetadas possibilidades. Como primeiro passo, seguiremos a indicação

de Bauman (2011. p. 10) “Se quisermos tornar verdadeiramente *familiares* coisas que parecem familiares, é preciso, antes de mais nada, fazê-las estranhas”.

Iniciando um processo de estranhamento do recorrente termo Cuidado, entendemos ser válido recuperar o seu sentido etimológico. “A palavra cuidado é etimologicamente originária da palavra latina *cogitatus*, que significa meditado, pensado e refletido” (CONTADORE *et al.*, 2017, p. 554). Vamos, então, refletir juntos sobre esse termo que em sua acepção inicial nos solicita um tempo sem pressa, para estarmos presentes em nossas ações e, quem sabe, ativarmos nosso potencial criativo e de superação.

A obra de Boff (1999) nos ajuda a refletir sobre a centralidade do Cuidado na vida humana. Ele percebe o Cuidado como “o *ethos* fundamental do humano e como compaixão imprescindível para com todos os seres da criação” (BOFF, 1999. p.15).

No plano interpessoal, em alguns casos, o lugar do cuidado pode ser o de lidar com sofrimento e sentimento de imobilização. Gostaríamos, ademais, de relacionar também o ato de cuidar a um lugar potente e criativo. Sempre teremos algo a fazer que poderá ser traduzido em um gesto de cuidado para com o outro. Isso não significa dizer que resolveremos todos os problemas que causam diferentes tipos de sofrimento, mas que podemos desenvolver e praticar ações de cuidado para que o outro se sinta fortalecido, em algum momento de relativa fragilidade em que possa estar envolvido. Boff (1999) relaciona esse cuidar do outro com o sentimento de com-paixão pelos que sofrem.

Muitas dessas experiências, entre o sentimento de impotência que traz o sofrimento e a potência alentadora de um gesto de cuidado, nos fazem refletir a interdependência do ser humano (BOFF, 2012). Nós precisamos uns dos outros permanentemente. Estamos inseridos em uma teia de relações sociais desde que nascemos, mas somos, ainda, bem despreparados para lidar com nossas dores e as dores do outro. Nessa perspectiva, Boff (1999) afirma que a atitude do cuidado e o ato de cuidar conseguem traduzir uma importância suprema para a garantia da vida humana. Esse alerta do autor realmente coloca uma outra dimensão para as práticas de cuidado. Não seria mais apenas um gesto que diria respeito a uma consciência individual ou de cunho assistencial ou filantrópico. Seria de ordem coletiva e que nos solicita o fortalecimento do sentimento de pertencimento a

um tecido social, fundamental para a garantia de nossa existência e de todo ser vivo, incluindo, nesta ampla categoria, o planeta.

Boff (1999, 2012) nos inquieta com o sentido de urgência que traz para a necessidade de cuidarmos melhor uns dos outros. Ele é bem incisivo ao afirmar a “urgência de um novo *ethos* civilizacional, que nos permitirá dar um salto de qualidade na direção de uma sociedade de formas mais cooperativas de convivência” (BOFF, 1999, p.30). Para o autor, a atitude de cuidar e o ato de cuidar são a expressão mais central deste novo *ethos*.

A partir das contribuições de Boff (1999, 2012), buscamos outros autores para dialogar, que pudessem contribuir para enriquecer nossas reflexões sobre o tema de estudo. Desta forma, desejamos ampliar a concepção de cuidado para além do plano interpessoal, abordado inicialmente em nosso texto. Queremos situá-lo também no plano social e comunitário, num contexto político e de garantia de direitos e norteador de novas políticas públicas. Nessa direção, nossas reflexões a seguir expressam o comprometimento que desejamos assumir ao abordar a categoria cuidado e práticas de cuidado.

Nossa intenção é reforçar aspectos imprescindíveis ao tratarmos desta temática, que carecem atualmente de maior visibilidade. De acordo com Faleiros (2013) situamos o ato de cuidar, no contexto de Estado de direito e da democracia, o que “significa assegurar a autonomia, reverter as discriminações, desenvolver a autoestima, incluir sujeitos em serviços e direitos” (FALEIROS, 2013, p.84). Tal posicionamento pressupõe a ruptura com uma visão filantrópica e assistencialista do cuidado. Nessa perspectiva crítica, podemos relacionar o cuidado ao exercício de uma cidadania plena.

Não temos a pretensão de exaurir determinada questão, mas precisamos indicar também alguns atores sociais que se fizeram presentes historicamente para a edificação desta concepção crítica do cuidado. A contribuição do movimento feminista e o movimento pelos Direitos Humanos foi e continua sendo significativa para fortalecimento de tal compreensão. “O movimento pelos Direitos Humanos enfatiza o cuidado como expressão da definição de direitos e de sua implementação efetiva. O movimento feminista também articula o cuidado e o direito” (FALEIROS, 2013, p. 85).

O mesmo autor situa claramente o pressuposto central de sua análise do ato de cuidar num contexto crítico. “Deve-se refletir sobre o cuidar num processo de relação emancipatória” (FALEIROS, 2013, p. 87). Ou seja, não devemos nos esquecer que tal perspectiva é participativa (atores em cena) e inacabada (processual e histórica). Que demanda atividade e pode gerar conflitos ou contradições. Desta forma, podemos pensar e propor ações que possam garantir a ampliação de espaços coletivos de participação e criação, entendendo isso como práticas de cuidado.

Percebemos que a perspectiva da historicidade do sujeito, pensado de forma interdependente e solidária, está presente também nas contribuições já apresentadas do teórico Leonardo Boff. “Não há um sujeito histórico único. Muitos são os sujeitos de mudança” (BOFF, 1999, p.29).

Além disto, queremos relacionar o que nos indica Faleiros (2013) ao exercício de refletir sobre novas formas de práticas de cuidado a uma outra maneira de pensar as políticas públicas, que se ancore na perspectiva da concretude deste sujeito histórico. “O cuidado não só deve dar conta do exercício do direito e da sua implementação, mas também levar em conta o sujeito concreto em suas condições concretas de vida, como o gênero, a idade, principalmente, a desigualdade, inclusive, o poder” (p. 87).

Para concluir esta parte do texto, gostaríamos de salientar um último ponto importante acrescido por Faleiros (2013), ao utilizar um termo muito intrigante, que nos faz refletir: o descuidar capitalista. Entendemos que esse fenômeno pode estar incidindo diretamente no pensar e fazer das políticas públicas, principalmente no aspecto de ineficácia destas políticas. Fica perceptível que o descuido intencional, provocado pelo monopólio do Capital, repercute diretamente na vida das pessoas e do planeta, contribuindo para o surgimento ou agravamento de muitos problemas sociais.

Ainda sob a ótica do Capital, percebemos que a busca pelo cuidado se transformou em um nicho para o mercado da saúde. Contrapomo-nos a essa ótica do consumismo que impõe um entendimento reducionista para a prática do cuidado. Transforma-a num modismo, que estimula ações individualistas relacionadas a busca irrefletida de qualidade de vida e um bem de consumo que alimenta e faz girar em torno do que dita o mercado.

Lembrando novamente das contribuições de Boff (1999) a respeito do momento atual, que nomeia como uma crise civilizacional generalizada, ele afirma: “mais do que o fim do mundo estamos assistindo ao fim de um tipo de mundo” (p.18).

Na articulação do pensamento de Boff (1999) e Faleiros (2013), percebemos que ambos sistematizam uma ferrenha crítica ao modelo de convivência social proposto pelo sistema capitalista. Diante disto, ficam alguns questionamentos: Seria possível efetivar tais transformações? Qual caminho a construir que nos leve para uma outra direção?

“De onde beber esperanças lúcidas se as fontes de sentido parecem ressecadas? Parecem, mas não desaparecem. As fontes estão aí, a olhos vistos: a espiritualidade, os movimentos sociais, a luta pela preservação ambiental, a defesa dos direitos humanos, a busca de outros mundos possíveis” (BETTO, 2014, p.25).

Ao nos depararmos com tais questionamentos, encontramos o conceito do *Bien Vivir*. Propomo-nos a conhecer mais das ideias formuladas pelos estudiosos desta categoria. Expressaremos nosso entendimento inicial na próxima parte do texto.

## **b) Bien Vivir**

Quijano (2014) traz consistente abordagem sobre a significação de *Bien Vivir*, a partir da origem da expressão, que remonta aos povos indígenas da América Latina, das regiões andinas, ainda no século XVII. Refere-se a uma alternativa de vida social, que só pode se concretizar sob a Des/Colonialidade do Poder. Para o autor, “*Bien Vivir*’ es, probablemente, la formulación más antigua de la resistencia ‘indígena’ contra la Colonialid del Poder” (p. 847) (grifos no original).

E diz, ainda que

‘*Bien Vivir*’ y ‘*Buen Vivir*’ son los términos más difundidos en el debate del nuevo movimiento de la sociedad, sobre todo de la población indigenizada en América Latina, hacia una existencia social diferente de la que nos ha impuesto la Colonialid del Poder (ibdem).

Trata-se, portanto, o *Bien Vivir* de uma construção epistemológica do continente latino-americano, com significação apresentada por Quijano como *um complejo de prácticas sociales orientadas a la producción y a la reproducción democráticas de una sociedad democrática, un otro de existencia social, com su próprio y específico horizonte histórico de sentido, radicalmente alternativos a la Colonialidad Global del Poder y a la Colonialidad/Modernidad/ Eurocentrada.*(p.847-8)

Em consonância com tais afirmações, González (2011) aponta o *Buen Vivir* como um paradigma anticapitalista. O autor faz uma reflexão sobre as condições de vida – no Hemisfério Sul e no Hemisfério Norte – evidenciando a falácia das promessas do Capital e da sua incompatibilidade com o Estado de Direito. Ao que nós acrescentamos: também com o estado de direitos.

Diz González:

*El Estado de derecho ya no es compatible con la supremacia del mercado. El Norte parece despertar del iluso sueño del Capital, cuando descubre que aquello que le sucede a ellos, le estaba ocurriendo a casi todos, sin trabajo, com serias dificultades para vivir dignamente* (p. 2).

Há uma pergunta de partida fundamental para o autor, ao se propor o *Buen Vivir*, qual seja: o que entendemos por Vida e o que é o Viver. A pergunta se justifica, posto que há inúmeras formas de vida, que não portam dignidade, que despertam a indignação, quando há desrespeito com a natureza, bem como a vida individual sem sociedade, dimensões fundamentais para o *Buen Vivir*. Essa categoria constitui um novo paradigma de desenvolvimento, originado e vigente entre povos ancestrais do Sul, apesar da colonização e do desenvolvimento correspondente ao neocolonialismo. Permite, portanto, o questionamento do modelo de desenvolvimento hegemônico, uma vez que o *Buen Vivir* tem como pressuposto fundamental o alcance de uma vida buena para todos. González afirma que

*El tempo de la vida buena está atravesado por la sabiduría que no es lo mismo que el conocimiento, no porque lo supere dialécticamente sino porque está em otro lugar, bajo outra epistemología, tejido y tejiendo cuatro modos de ser y de vivir: el amor, el hacer, el saber y el poder* (p. 14) (grifos no original).

A coletividade é a guardiã da sabedoria. E, para alcançá-la, segundo González, é necessário manter uma relação harmônica entre a natureza e o ser humano – que é composto por seus elementos, e a harmonia se manifesta no respeito à vida. Ademais, a convivência harmoniosa requer considerar os direitos da natureza, bem como estender o direito do individual ao coletivo. Como decorrência dessa forma de pensar as relações harmônicas, está a responsabilidade pela vida, em todas as suas manifestações, qual seja, *cuidar esa vida generalizada* (p. 22). Vida da qual nos servimos e compartilhamos, numa relação tensa, nos moldes das idéias hegemônicas – mas não únicas, que alicerçam a Colonialidade, a Neocolonialidade e o Capitalismo.

Antes de prosseguir na análise das idéias de González, queremos assinalar as consistentes articulações que estamos a verificar entre práticas de cuidado, *Buen Vivir* e políticas públicas. Cuidar da vida generalizada requer, assim nos parece, a formulação de políticas públicas que respeitem e se responsabilizem por toda e qualquer manifestação de vida; que sejam formuladas a partir do respeito aos direitos da natureza, aos direitos individuais e coletivos, às decisões e autoridades coletivas.

González prossegue suas reflexões, apontando para a necessidade de uma política do *Buen Vivir*, que arriscasse *a romper com la noción de un ciudadano anónimo, sin cultura, sin género, sin territorio, y partir del concepto de vida integral y relaciona com um sujeto político nuevo...* (p. 10). O autor chama a nossa atenção para a importância de, fazendo parte *Sumak Kawsay* da sabedoria ancestral, dispormo-nos a aprender com os povos e nações indígenas, com o sujeito que siempre fue considerado ignorante, mítico y cuyos supersticiosos conocimientos debían ser destruídos para llevarlos al ‘bien’ y la razón del mundo occidental (p. 13). Trata-se, portanto, de outra forma de saber, não de um saber inferior. González considera a sabedoria resultado de práticas, compromissos e experiências (p. 16).

Por outro lado, González (2011, p. 19) traz o *Buen Vivir* como continente para a visão holística, no que concerne a boas condições de vida, boas relações com os outros, consigo mesmo e com a natureza. Além disso, o autor afirma que o *Buen Vivir* tem origem numa concepção de unidade – sem princípio e

nem fim, e advém da lógica do que os povos e nações indígenas denominam de *la unidad em la diversidad* (p. 20). A vida como condição preexistente, a harmonia como o objetivo que a recria e a luta contra a posse do capitalismo e da filosofia liberal, são esses, nas palavras de González (p. 23), três significados para a vida, que fazem parte de *la unidad em la diversidad*. E o autor complementa que *la vida son relaciones, inter-relaciones, intersecciones donde sus diferentes aspectos interatúan unos sobre os outros* (p. 26). Em nosso entender, esse pensamento fortalece a ideia de *la unidad em la diversidad*, fundamento do *Buen Vivir*.

Como resultante de todas essas dimensões, importante levarmos em conta que são indicadores do *Buen Vivir*: a felicidade; o respeito à natureza – incluindo a sua temporalidade, as relações interculturais com outros povos e pessoas – divergindo, portanto, daqueles que dão sustentação à mensuração do *Vivir Bien*, atrelados que são a indicadores do modo de viver do Capital. Para termos uma ideia inicial de como destoam esses indicadores, está a reciprocidade como constitutiva da economia para o *Buen Vivir*. De acordo com González, ela se concretiza através: do intercâmbio entre sociedades – cada uma tem algo a dar e algo a receber, sem a mediação do dinheiro; da concepção de trabalho como experiência com os outros, como lugar para constituir relações e da convivência; da dimensão do dar a mão, ou seja, a disponibilidade para ajudar a alguém ou a algum grupo que esteja passando por dificuldades, sem exigir nada em troca; e, ainda, através do que González denomina da principal instituição de reciprocidade indígena, qual seja, o trabalho coletivo e solidário da comunidade na execução de uma obra comum; por meio do empréstimo nas tarefas agrícolas, por exemplo, seja de produtos, de ferramentas e instrumentos; e da ajuda mútua – *dar a cambio de nada sin esperar nada a cambio... El dar no tiene retorno, es la forma radical porque supone que basta con que los otros lo necesiten y nada más* (p. 32). Esse é um dos maiores contrastes com o Capital.

O autor atenta, ademais, para a dimensão contextual do *Buen Vivir*, de que sua concretização só pode ser tecida entre outros e outras e com a natureza. Por tanto, *Buen Vivir* é uma decisão local, construída a partir de contextos e povos concretos.

Voltemos às ideias de Quijano (2014), na persecução de uma compreensão inicial da significação atribuída ao *Bien Vivir*. Consideramos fundamental levarmos em conta dimensões incluídas pelo autor sobre a categoria: seu sentido histórico alternativo; *Bien Vivir* como uma nova existência social; e práticas de resistência e lutas para o seu alcance.

Ao anunciar o *Buen Vivir* como portador de um sentido histórico alternativo, Quijano (2014: 859 e ss) o faz em relação à Colonialidade/Modernidade/Eurocentrismo, voltado o *Bien Vivir* para a defesa de condições da própria vida humana e de todas as demais que existem no Planeta. Traz, portanto, a dimensão da sustentabilidade como fundante do *Bien Vivir*. Sobre práticas de resistência e lutas para o alcance do *Bien Vivir*, afirma o autor que é preciso subverter e desintegrar *la Colonialidad Global del Poder y su Capitalismo Colonial/Global*, de modo que: *la defensa de la vida humana y las condiciones de vida em el planeta se va constituyendo en el nuevo sentido de luchas de resistencia de la inmensa mayoría de la población mundial* (p. 856).

Quijano aprofunda, ademais, o significado que atribui a resistência, ao relacioná-la à necessidade de fazer frente às práticas de repressão, exploração e violência, que constituem um padrão de poder da Colonialidade Global e de seu Capitalismo Colonial/Global. Tais resistências são fundamentos para a Descolonialidade do Poder. Suas práticas sociais, segundo Quijano (2014, p.857), se configuram, entre outras dimensões, por: a igualdade social de indivíduos heterogêneos e diversos – de tal forma que identidades e diferenças deixam de ser fonte de desigualdades; agrupamentos, pertencas e/ou identidades como decisões livres e autônomas de indivíduos livres e autônomos; reciprocidade na organização do trabalho e na distribuição dos produtos; redistribuição igualitária dos recursos tangíveis e intangíveis entre todos e todas; associação comunitária (em nível local, regional e global), quanto ao modo de produção e gestão direta da respectiva autoridade coletiva.

Quijano imprime destaque à necessidade de subversão *epistêmica/ teórica / histórica / estética / ética / política* (p. 858), para fazer frente ao padrão de poder dominante e para concretizar o paradigma do *Buen Vivir*, bem assim da Descolonialidade do Poder, como existência social alternativa. Essa existência

estará liberada de dominação / exploração e violência. Atravessa o pensamento de Quijano a premência de lutas e resistências contra essas expressões da Colonialidade do Poder, que se coadunam no controle igualitário das forças sociais que com ela não estão de acordo, e que buscam a igualdade social de indivíduos heterogêneos, a liberdade de pensamento e de expressão por todos esses indivíduos, a redistribuição igualitária de recursos, e controle igualitário sobre eles.

Como resultante do aprendizado da resistência pelos povos e nações que foram dessa Colonialidade e de suas expressões, Quijano (2014, p.859) afirma que estamos

*Caminando em la emergencia de una identidad histórica nueva, histórico / estructuralmente heterogênea como todas las demás, pero cuyo desarrollo podría producir una nueva existencia social liberada de dominación / explotación / violencia, lo cual es el corazón mismo de la demanda del Foro Social Mundial: **Otro Mundo es Posible** (grifos no original).*

Por fim, Quijano considera a proposta do *Buen Vivir* como uma questão histórica aberta, a exigir, portanto, constantes indagações, debates e práticas. Lembramos que o aspecto da historicidade também foi salientado nas reflexões sistematizadas anteriormente, acerca da categoria cuidado.

Em nossas reflexões, essas lutas e resistências para o alcance do *Bien Vivir*, seu sentido histórico alternativo e de uma nova existência social, guardam estreita relação com as práticas de cuidado, no sentido que lhe estamos atribuindo, e que foram abordadas em item anterior deste texto. Ademais, práticas de cuidado, conteúdos fundantes do *Buen Vivir*, estão diretamente relacionadas com políticas públicas, que se voltem para o alcance dessas perspectivas de zelo e respeito à vida, da consideração da igualdade na diferença e da diferença na igualdade. Essas relações constituem, por certo, um dos propósitos para o devido aprofundamento da investigação que estamos nos dispondo a concretizar. Por agora, abordaremos, também de forma introdutória, a categoria políticas públicas.

### c) Políticas Públicas

Sem pretendermos esgotar a discussão necessária para aprofundamento de tão complexo termo, consideramos relevante assinalar alguns elementos que nos ajudarão na tarefa de articulação entre as categorias apresentadas anteriormente, cuidado e *Buen Vivir*, e Políticas Públicas.

Assim como o termo cuidado, percebemos que a expressão Políticas Públicas vem nos últimos anos, cada vez mais, tornando-se comum na cena cotidiana, tanto no que diz respeito aos discursos oficiais, como também no âmbito da sociedade civil – em conversações, matérias midiáticas, por exemplo.

Sendo assim, talvez seja válido nos inquirir sobre o que compreendemos a respeito deste termo, e quais os principais entendimentos que circulam entre nós. Assinalando, de partida, a necessidade de conhecermos mais profundamente os diversos aspectos que o pensar e o fazer políticas públicas podem envolver.

Corroborando com nossa reflexão, Lima (2012) afirma que “os estudos sobre política pública são ainda muito recentes, especialmente no Brasil”. Acrescenta ainda que se faz “necessário discutir, pensar e repensar sobre o tema” (p.50).

Como contribuição para este cenário reflexivo, trazemos uma importante observação que Sorrentino e demais colaboradores demarcam em seu texto. Refere-se à atenção que devemos ter a respeito do movimento dialético que os atores na cena pública podem desenvolver: “Quando entendemos política a partir da origem do termo, como limite, não falamos de regulação sobre a sociedade, mas de uma regulação dialética sociedade-Estado que favoreça a pluralidade e a igualdade social e política” (SORRENTINO et al, 2005, p.288).

Tal reflexão nos indica claramente que o terreno da produção das políticas públicas se caracteriza como sendo atravessado por relações de poder. E a definição destas políticas se dá a partir do exercício contínuo e tenso destas relações de poder. Entendemos que devemos buscar, cada vez mais, a ampliação da participação de vários atores na tarefa de pensar, desenhar e avaliar políticas públicas.

Os autores ainda acrescentam o seguinte referencial para ancorar seu entendimento sobre a questão em foco: “a política pública pode ser entendida como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressa a relação de

poder e se destina à resolução pacífica de conflitos, assim como à construção e ao aprimoramento do bem comum” (SORRENTINO et al, 2005, p. 289).

Reflexão de Madeira (2006) permite-nos ir mais a fundo, na relação entre políticas públicas e demandas da população. A autora conceitua políticas públicas como “ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, a princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais, visando à diminuição das desigualdades produzidas pelo modelo de desenvolvimento socioeconômico adotado pelo referido Estado” (p. 6). Ora, o modelo de desenvolvimento em curso no Brasil permite-nos refletir que os interesses da maioria da população não vêm sendo prioritários. Afirmativa de Madeira nos ajuda a compreender tal constatação, uma vez que, para a autora, “o processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesse, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo” (p. 5).<sup>1</sup>

Ressaltamos, até este momento do texto, a relação de proximidade entre o exercício de cidadania e política pública. Não podemos esquecer a efetiva participação de vários atores na tarefa de construção e aprimoramento do viver em sociedade.

A propósito, Quijano (2014) ressalta a dimensão da autoridade coletiva, das decisões locais a partir do contexto, o que nos parece fundamental, quanto à formulação de políticas públicas mais condizentes com as necessidades dos segmentos diversos das populações, a partir de suas demandas territoriais e setoriais. Neste sentido, parece-nos pertinente, na realidade brasileira, o fortalecimento de instâncias como os Conselhos de Direitos (setoriais ou por segmentos populacionais), nos quais se concretiza a autoridade coletiva, a partir de representações da sociedade civil organizada e do Poder Público, na formulação, acompanhamento e fiscalização das respectivas políticas públicas.

Nesta direção, podemos ainda acrescentar a compreensão da relação de proximidade entre Estado e demandas, fruto dessa efetiva participação

---

**1.** Para aprofundamento dessa complexa questão, recomendamos a consulta ao sítio eletrônico da Auditoria Cidadã da Dívida, que nos traz dados preciosos sobre a distribuição de recursos no Orçamento Geral da União ([www.auditoriacidada.org.br](http://www.auditoriacidada.org.br)).

da sociedade civil. Sorrentino et al (2005, p.290) salienta que: “uma política pública representa a organização da ação do Estado para a solução de um problema ou atendimento de uma demanda específica da sociedade”.

Para reforçar tal entendimento, sublinhamos que “a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006, p.26). Como complemento a essa afirmação, entendemos que, além da ação governamental, apontamos para a necessidade, cada vez maior, da tensão a ser provocada pela participação da sociedade civil, assumindo papel ativo na proposição e/ou reformulação de políticas públicas, bem como de seu monitoramento e controle social.

Para concluir esta parte do texto, gostaríamos de ressaltar a uma dimensão prioritária a ser incluída na compreensão sobre o termo em questão. “Trabalhar com Políticas Públicas exige pensar a partir do lugar do outro, e não apenas reproduzir conhecimentos ou aprender técnicas; implica sensibilizar para tópicos (poucos contemplados na academia) como assistência social, direitos humanos, cidadania, movimentos sociais e conselhos” (CRUZ; GUARESCHI, 2014, p.37).

Nessa direção talvez possamos trabalhar para nos aproximarmos do horizonte descrito na seguinte proposta: “trata-se da construção de um Estado solidário, que por meio de políticas públicas de qualidade coloque o cuidado no centro de sua definição de bem-estar social” (SORJ, 2014, p. 127).

Nosso pressuposto fundamental, no que concerne à relação entre práticas de cuidado, proposta de *Buen Vivir* e políticas públicas, é que essas últimas podem ser compreendidas como práticas de cuidado (e/ou de descuido) por parte do Poder Público. Para cada dimensão da vida cotidiana, para cada dimensão do respeito à vida, podem ser formuladas diferentes políticas públicas, a depender do modelo de desenvolvimento, do regime político e da perspectiva das relações de poder estabelecidas no território em análise, seja um país, uma região, um estado, um município.

## Considerações finais

Desta maneira, assinalamos que, ao estudarmos sobre os conceitos de Cuidado e *Buen Vivir*, desejamos contribuir para a problematização e a desconstrução de um determinado modelo de processo educativo (formal e não-formal) que, na maioria dos casos, começa em tenra idade, baseado muito fortemente na competição e no individualismo, e que nos afasta uns dos outros, fazendo-nos crer apenas que as outras pessoas podem nos prejudicar.

Em outra compreensão possível a ser fortalecida, o Cuidado e o *Buen Vivir* nos remetem ao resgate e fortalecimento de dimensões como a empatia, a compaixão e a cooperação, que nos inspiram e instigam a tecer modelos de outras maneiras possíveis de educar e educar-nos, bem como de participar da vida coletiva, comprometidas com a tessitura de novas formas de existência social, incluindo o respeito a toda a integralidade da vida, e ao *buen vivir* para todos e todas.

## Referências

- BAUMAN, Z. Amor Líquido – Sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. 44 Cartas do mundo líquido moderno. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BETTO, Frei. Reinventar a vida. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BOFF, L. Saber Cuidar: Ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOFF, L. Ethos Mundial: Um consenso mínimo entre os humanos. Brasília: Letraviva, 2000.
- BOFF, Leonardo. O cuidado necessário: na vida, na saúde, na educação, na ecologia, na ética e na espiritualidade. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRAGA, L. Pnad. No Ceará, 118 mil crianças e adolescentes estão fora da escola. O POVO, 02.06.2017, p. 3 (Cotidiano).
- BRASIL Constituição da República Federativa do Brasil 1988. 37ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013.
- CAVALCANTE, I. Corrente de Cuidado. Jornal O POVO, 10.09.17, p. 1-2 (Caderno Ciência & Saúde).

CONTATORE, O. *et al.* O cuidado em saúde: ontologia, hermenêutica e teleologia. *Interface*. 2017, 21(62). 553-563.

CRUZ, Lilian; GUARESCHI, Neuza. A constituição da assistência social como política pública. In: CRUZ, Lilian; GUARESCHI, Neuza (org.). *Políticas Públicas e Assistência Social: diálogo com as práticas psicológicas*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

FALEIROS, V. Desafios de cuidar em Serviço Social: uma perspectiva crítica. *Revista Katál*. Florianópolis, v. 16. n. esp. p. 85-91. 2013.

FÓRUM DCA; RENAS. *Violência Sexual – Monitoramento da Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente na Cidade de Fortaleza*. Fortaleza: Fórum DCA Ceará e RENAS, 2017.

GONZÁLEZ, F. J. A. *El BuenVivir – Un paradigma anticapitalista*. 2011. Disponível em <http://rebelion.org>. Acesso em 04.07.17.

LIMA, W. G. Política Pública: discussão e conceito. *Interface*. 2012; vol.5. p.49-54.

MADEIRA, Z. *Políticas Públicas*. Fortaleza: Curso de Formação Política para a Cidadania – Escola Universitária de Educação Política para a Cidadania, 2006.

MILLER, A. *O Drama da Criança Bem Dotada – Como os pais podem formar (e deformar) a vida emocional dos Filhos*. Tradução de Cláudia Abeling-Szabol. São Paulo: Summus Editorial, 1997.

QUIJANO, A. (2014). “BienVivir” – Entre el “Desarrollo” y la Des/Colonialidad del Poder. In CLACSO. *Questiones y Horizontes: de la dependência histórico-estructural a lacolonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO, p. 847-859.

SORJ, Bila. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. *Tempo Social*. 2014; v. 26(1). p.123-127.

SOUZA, Celine. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SORRENTINO, Marcos ; TRAJBER, Rachel ; MENDONÇA, Patrícia ; FERRARO JUNIOR, Luiz Antonio . *Educação Ambiental como Política Pública*. *Educação e Pesquisa (USP)*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.

**Recebido:**12/11/2017

**Aceito:** 03/03/2018